

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 999.661 - SP (2016/0271039-9)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : DIRCEU ADAO ALESSI
ADVOGADO : FERNANDO JACOB NETTO - SP237818
AGRAVADO : ERLEA ALIDE MORO ALESSI
ADVOGADO : JOSÉ VIVEIROS JUNIOR - SP113135

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 544, CPC/73), interposto por **DIRCEU ADAO ALESSI**, em face de decisão que negou seguimento ao recurso especial interposto pelo ora insurgente.

O apelo extremo, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 348, e-STJ):

COISA COMUM — Arbitramento de Aluguel — Imóvel ocupado exclusivamente pelo réu — Preliminar de cerceamento de defesa afastada - Alteração dos termos inicial e final de ocupação exclusiva pelo réu - Valor não impugnado - Acolhimento do aluguel sugerido pela autora - Princípio da eventualidade - Matéria não arguida em contestação que não pode ser analisada — Sucumbência mínima - Réu que deve arcar com a integralidade das custas e honorários advocatícios - Recurso da autora parcialmente provido- Recurso do réu desprovido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados na origem (fls. 378-381, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 384-395, e-STJ), o recorrente apontou violação aos artigos 219 do CPC/73 e 1.324 do CC. Sustentou, em síntese: **a)** o órgão julgador ignorou o fato de não ter havido oposição por parte da recorrida ao uso exclusivo do bem pelo recorrente, apoiando-se em premissas equivocadas; **b)** muito embora não tenha sido comprovado o uso exclusivo do bem, ainda que existisse tal situação, o respectivo aluguel somente seria devido a partir da citação, ou da notificação enviada pela recorrida em janeiro de 2014; **c)** o aluguel é devido a partir da citação, quando não houver oposição anterior, sob pena de violação ao art. 219, CPC/73; **d)** o condômino que administra o bem é presumido representante comum caso não haja oposição.

Sem contrarrazões (fl. 404, e-STJ).

Em razão do juízo negativo de admissibilidade na origem (fls. 405-406, e-STJ), adveio o presente agravo (fls. 411-422, e-STJ).

Pedido de tutela provisória formulado às fls. 444-462, e-STJ, o qual fora indeferido (fls. 464-467, e-STJ).

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. O insurgente sustenta, em suma, ter o acórdão recorrido violado o disposto nos artigos 219 do CPC/73 e 1.324 do CC, ao argumento de que o órgão julgador partiu de premissa equivocada, pois não houve oposição da recorrida ao uso exclusivo do

Superior Tribunal de Justiça

imóvel pelo recorrente, sendo devido somente os aluguéis de janeiro e fevereiro de 2014.

Todavia, denota-se que o conteúdo normativo dos referidos dispositivos e as respectivas teses não foram objeto de discussão no acórdão recorrido, mesmo após o julgamento dos aclaratórios.

Ademais, nas razões do especial deixou o recorrente de apontar eventual violação do artigo 535 do CPC/73 (vigente à época), a fim de que esta Corte pudesse averiguar a existência de possível omissão no julgado quanto ao tema.

Na hipótese, portanto, incide o teor das Súmulas 211 do STJ e 282 do STF, a saber: "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo." e "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.".

Para que se configure o prequestionamento da matéria, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se a correta interpretação da legislação federal. Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE ABSTENÇÃO DE USO DE NOME EMPRESARIAL CUMULADA COM INDENIZATÓRIA, MARCA E NOME DE DOMÍNIO. ART. 461, § 4º, DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. MULTA. OFENSA AO ART. 461, § 6º, DO CPC/1973. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. Fica inviabilizado o conhecimento de tema trazido na petição de recurso especial, mas não debatido e decidido nas instâncias ordinárias, tampouco suscitado em embargos de declaração, porquanto ausente o indispensável prequestionamento. Aplicação, por analogia, das Súmulas 282 e 356 do STF. [...] 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 631.332/SC, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 14/03/2017, DJe 28/03/2017) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. [...] QUESTÕES NÃO DISCUTIDAS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. AFERIÇÃO DA TEMPESTIVIDADE DOS EMBARGOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. 1. O conteúdo normativo de todas as normas apontadas como violadas não foi debatido pelo Tribunal de origem, carecendo, no ponto, do imprescindível requisito do prequestionamento, entendido como o indispensável exame da questão pela decisão atacada, apto a viabilizar a pretensão recursal. Dessa forma, mesmo tendo sido opostos embargos de declaração, estes não tiveram o condão de suprir o devido prequestionamento, razão pela qual deveria a parte, no recurso especial, ter suscitado a violação ao art. 535, II, do Código de Processo Civil, demonstrando de forma objetiva a imprescindibilidade da manifestação sobre a matéria impugnada e em que consistiria o vício apontado. Inafastável, nesse particular, a Súmula n. 211 desta Corte. [...] 3. Agravo improvido. (AgRg nos EDcl no AREsp 740.572/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA

Superior Tribunal de Justiça

TURMA, julgado em 10/05/2016, DJe 19/05/2016) [grifou-se]

Inafastável, no ponto, o teor das Súmulas 282/STF e 211/STJ.

2. Do exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro MARCO BUZZI
Relator

